

Dinheiro.

**Fatia da
MPX por
R\$ 1,9 bi**

Eike Batista deve levantar R\$ 1,9 bi com a venda da metade de sua participação na MPX, empresa de energia do grupo EBX, para sócios alemães.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

ECONOMIA AMEAÇADA

UNIFICAÇÃO DO ICMS ESTADOS ATACAM EM BLOCO CONTRA VOTAÇÃO

Ofensiva pressiona Senado, que admite adiar pauta para abril

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

A forte oposição de Estados e senadores à unificação da alíquota de ICMS geral em 4% deve adiar a votação da matéria prevista para a próxima semana. Diante das resistências, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), já admite só pautar o tema em abril.

Ontem, governadores das cinco regiões do país, entre eles Renato Casagrande (PSB), reforçaram divergências em audiência pública na CAE do Senado, onde tramita a resolução enviada pelo governo federal.

A maior desconfiança dos Estados prejudicados é com os fundos de compensação prometidos em medida provisória pelo governo. “Não há origem dos recursos assegurada na MP, falta clareza nas compensações. Essa é a preocupação da maioria de Estados. Não há ambiente para votar”, assinalou Casagrande. Os governadores do Pará e do Ma-



Reunião da CAE: previsão inicial era de que o tema fosse à votação semana que vem

to Grosso reforçaram a contrariedade.

O temor geral é que os prejuízos de arrecadação e de atividade econômica jamais sejam compensados. Caso da Lei Kandir, que desonerou exportações de minérios e outros bens e impõe perdas bilionárias ao Pará.

Hoje, Espírito Santo e Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste praticam alíquota de 12% quando são origem das mercadorias e serviços vendidos ao Sul e ao Sudeste. Mais ricos, os Estados dessas duas regiões aplicam 7%. Casagrande e outros colegas prejudicados

querem manter alíquotas mais elevadas para conceder incentivos fiscais e compensar desvantagens logísticas e vocacionais.

“Defendemos que a alíquota de 4% seria aplicada na origem das mercadorias dos Estados do Sul e do Sudeste; a de 7%, no Espírito

FPE: urgência é aprovada

▄ **Os líderes partidários fecharam um acordo ontem para aprovar requerimento de urgência para possibilitar a apreciação do projeto de lei complementar que cria um novo critério para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) após a Semana Santa, provavelmente no dia 3 de abril.**

Santo e nas demais unidades federativas”, observa o governador.

Essa articulação está ganhando corpo, com amplas chances de adiamento da votação e de aprovação da alíquota diferenciada, assinala Casagrande. “O governo federal não recuou, mas estou apostando nisso depois das conversas com outros governadores”.

A queda de braço, porém, continua. Maior Estado do país, São Paulo apoia a proposta do governo fede-

ral. Ligado a entidades da indústria, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) é outro a pressionar pela unificação. Para o governador Geraldo Alckmin, não há sentido em gastar tanto esforço e dinheiro para manter as alíquotas diferenciadas.

Em clima de unidade com colegas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste contra a aprovação a toque de caixa, Ferraço reitera a inviabilidade de votar no dia 26. Na CAE ontem, ele fez um discurso duro contra o governo federal. “Estão confundindo lealdade federativa com federação. Há um preconceito com as políticas regionais de descentralização econômica”.

Ferraço já alertou sobre o pedido de votação em regime de urgência que já corre no Senado. Há algo mais sério, acentua: “Ao reformar os regimes de ICMS, a União subtrai a autonomia dos Estados para gerir seu próprio desenvolvimento, única alternativa à ausência de política federal de combate às desigualdades regionais”.

Secretários lutam por garantia mais clara

▄ O pacote da unificação do ICMS está vinculado a dois fundos de compensação financeira da União aos Estados prejudicados, pelo prazo de 20 anos a partir de 2014. Os fundos constam de medida provisória (599) tramitando no

Congresso, com mais de 200 emendas feitas por deputados e senadores.

Em colisão em outros pontos, todos os secretários de Fazenda exigem mais garantias ao fundo de compensação de receitas (FCR), pelo qual a

União fará transferências para cobrir perdas, e ao fundo de desenvolvimento regional (FDR), que substituirá o ICMS como atrativo de investimentos privados. Os secretários pedem também a elevação do aporte da União ao

FDR, via Orçamento. Pela proposta do governo federal, esse aporte seria de 25%, com os restantes 75% assegurados por bancos oficiais.

O acordo do ICMS também envolve a convalidação de todos os in-

centivos estaduais executados sem a aprovação unânime do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

O Executivo enviou projeto de lei complementar à Câmara propondo quórum diferenciado de três quintos para equacionar os benefícios e incentivos fiscais concedidos

em desacordo com a Constituição – e acusados de detonar a guerra fiscal.

Casagrande e André Pucinelli (Mato Grosso do Sul) apoiam os três quintos com peso das cinco regiões, mas Geraldo Alckmin (São Paulo) defende a permanência de unanimidade alegando fragilização federativa.